 DOI: 10.51161/ii-conbrasp/12066

FERRAMENTA DE APOIO APLICADA AO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO DO SUS

HENA DIANNA MOREIRA LOPES DA SILVA; ALLANA GABRIELLE FERREIRA DA SILVA; JÉSSICA PRISCILLA RESENDE MAGALHÃES; RODRIGO ARANDA SERRA; THAÍS NEVES DE CARVALHO

RESUMO

Os instrumentos de gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) são ferramentas necessárias e determinadas por legislações desde a sua criação. O processo de planejamento do SUS é ascendente e é o pilar para as programações locais, regionais e nacional de acordo com sua proposta orçamentária. O presente texto tem como objetivo discorrer sobre a implementação de uma ferramenta de apoio elaborada pela Gerência dos Instrumentos de Planejamento do SUS (GPSUS), com o intuito de padronizar e qualificar o processo de monitoramento e avaliação da Programação Anual de Saúde, Relatório do Quadrimestre Anterior e Relatório Anual de Gestão. Trata-se de um relato de experiência baseado na vivência de profissionais que exercem sua função na gestão municipal da Secretaria de Saúde (SESAU) da Prefeitura de Campo Grande – Mato Grosso do Sul, durante o ano de 2018. O monitoramento e avaliação são processos importantes do planejamento, após dificuldades encontradas pelos atores do planejamento para monitorar e avaliar os resultados contidos nos instrumentos do SUS, a GPSUS elaborou uma cartilha denominada “Avaliação de Resultados” a partir de uma prática já existente na SESAU com o nome de “Informações Básicas para Atores do Planejamento” direcionada para instrumentalizar e direcionar os atores do planejamento para a assertividade dos resultados que constam nos relatórios de monitoramento e de prestação de contas, sendo eles, Programação Anual de Saúde (PAS), Relatório Anual de Gestão (RAG) e Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior (RDQA). Diante da implantação desta ferramenta de apoio, observou-se avanço na qualidade do monitoramento e avaliação, contribuindo assim na construção de novas estratégias para o alcance das metas da gestão.

Palavras-chave: Gestão em Saúde; Planejamento do SUS; Instrumentos de Planejamento.

1 INTRODUÇÃO

É pressuposto do planejamento no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) o monitoramento, a avaliação e a integração da gestão nas três esferas governamentais, desenvolvidas de forma contínua e integrada, mediante as necessidades da população (BRASIL, 2017), bem como contribuir para a produção exitosa de práticas em saúde, o que foi reforçado através do Decreto n° 7.508, de 28 de junho de 2011 e a Lei Complementar (LC) de n° 141, de 13 de janeiro de 2012, determinando uma revisão normativa, com aprimoramento das estruturas instrumentais e a construção de novos processos e ferramentas de apoio ao planejamento no SUS (BRASIL, 2016).

Neste contexto, o monitoramento e a avaliação, enquanto etapas fundamentais do planejamento, são identificadores dos problemas que merecem adoção de alternativas para atingir os objetivos, porém para que estas etapas sejam efetivas é necessário instrumentalizar os envolvidos, fomentando uma cultura de planejamento estratégico que propicie

 DOI: 10.51161/ii-conbrasp/12066

intervenções em tempo oportuno.

Desta forma, após percebidas as dificuldades dos atores do planejamento da Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande/MS (SESAU), em monitorar e avaliar os instrumentos de planejamento do SUS, em 2018 foi implantada uma ferramenta teórica de apoio às análises e considerações dos resultados, nos relatórios de monitoramento e de prestação de contas: Programação Anual de Saúde (PAS), Relatório Anual de Gestão (RAG) e Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior (RDQA).

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de relato de experiência da metodologia de apoio às áreas técnicas do nível central da SESAU aplicada pela GPSUS para qualificar as práticas de monitoramento e avaliação na PAS, RDQA e RAG.

Foi disponibilizada às áreas técnicas uma cartilha elaborada pela GPSUS a partir da iniciativa denominada "Informações Básicas para Atores do Planejamento", que consistiu em instrumentalizar os atores do planejamento, direcionando-os na prática da aferição e contextualização dos resultados de forma frequente e assertiva.

A cartilha de nome "Avaliação dos Resultados" contém subsídios teóricos, quanto ao monitoramento e avaliação, para o detalhamento dos dados relativos às metas, sendo eles: tipos de metas e suas tendências, crescente e decrescente, além de exemplificação para cada categoria classificada a partir de sua finalidade, independentemente do instrumento de planejamento onde a meta estivesse contida, seja Plano, Programação Anual de Saúde e/ou outros.

A capacitação dos atores de planejamento ocorreu no decorrer do ano de 2018 inicialmente no denominado "I Encontro Temático", durante a demonstração dos resultados preliminares extraídos do SCAM até o 2º quadrimestre de 2018 e posteriormente de julho a outubro do mesmo ano nos "Encontros Temáticos Setoriais", que se trataram de reuniões in loco, setor a setor da SESAU.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O processo de implantação da cartilha "Avaliação dos Resultados", através da realização de capacitações e educação permanente dos atores do planejamento de forma continuada, mostrou-se efetiva para seu uso frequente na elaboração dos relatórios de monitoramento da PAS e prestação de contas: RDQA e RAG.

O processo de trabalho da GPSUS apresentou melhora no desempenho devido otimização do fluxo de informações e facilidade em condensar os dados. A experiência também oportunizou celeridade no tempo decorrido entre a solicitação dos relatórios e o recebimento dos mesmos, o que minimiza os possíveis descumprimentos dos prazos legais, corroborando para otimização do envio dos referidos instrumentos de planejamento ao Conselho Municipal de Saúde (CMS).

Desta forma, considerando a LC de nº 141, no que diz respeito à transparência para a saúde e formas de fiscalização e avaliação de despesas (BRASIL, 2012), destaca-se que o maior benefício da disponibilização desta cartilha no processo de apoio aplicado foi a qualificação das informações recebidas das áreas técnicas, no sentido de proporcionarem, ao longo do tempo, uma maior compreensão aos leitores, uma vez que a cartilha dispõe de uma didática direcionada, a qual impactou positivamente na emissão dos pareceres pelo CMS, visto que os questionamentos foram reduzidos devido à qualidade das informações nos instrumentos relacionados.

4 CONCLUSÃO

O apoio institucional vem como função gerencial reformulando o modo tradicional de coordenar, planejar, supervisionar e realizar avaliação em saúde, apoiando processos de mudança em grupos e organizações e nos processos de cogestão do trabalho (PAVAN e TRAJANO, 2014).

Desta feita, através da metodologia de trabalho aplicada obteve-se o fortalecimento dos processos de planejamento do SUS em seus instrumentos básicos, qualificando seu monitoramento e avaliação de forma a contribuir na construção de estratégias, propiciando o início de estudos não apenas quantitativos, mas sim qualitativos pautados em evidências, o que viabilizará mudanças futuras na situação de saúde do município de Campo Grande/MS.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Lei Complementar Nº 141, de 13 de janeiro de 2012**. Regulamenta o § 3º dɵ art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nºs 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp141.htm

BRASIL. Ministério da Saúde. **Manual de planejamento no SUS**. Ministério da Saúde, Fundação Oswaldo Cruz. – 1. ed., rev. – Brasília: Ministério da Saúde, 2016. 138 p.: il (Série Articulação Interfederativa; v. 4).

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria de Consolidação nº 1, de 28 de setembro de 2017**. Consolidação das normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde. Disponível em: http://portalsinan.saude.gov.br/images/documentos/Legislacoes/Portaria_Consolidacao_1_28_SETEMBRO_2017.pdf

PAVAN, Cleusa; TRAJANO, Ana Rita Castro. Apoio institucional e a experiência da Política Nacional de Humanização (PNH) na Freguesia do Ó, Brasilândia, São Paulo, Brasil. **Comunicação Saúde Educação**, v. 18 s. 1, p. 1027-40, 2014. DOI: 10.1590/1807-57622013.0229